



**PRESERVAÇÃO DOS AFLUENTES DO RIO PARNAÍBA:
a construção de uma sensibilização ambiental**

**PRESERVATION OF THE TRIBUTARIES OF THE RIVER:
the construction of an environmental awareness**

Lorrana Santos Lima

Universidade Federal do Piauí (UFPI)

Jennifer Maria Gonçalves Pereira

Universidade Federal do Piauí (UFPI)

RESUMO

O presente trabalho aborda os impactos socioambientais advindos da atuação do agronegócio e que afetam a região de Coelho Neto, MA e apresenta uma proposta de projeto social interventista, qual visa, através de documentário, construir sensibilização ambiental entre os moradores (ribeirinhos), agricultores (familiares) e sindicatos (dos trabalhadores rurais) quanto a necessidade da preservação e revitalização dos afluentes e nascentes do Rio Parnaíba que banha a região.

PALAVRAS-CHAVE: Conflitos socioambientais. Sindicatos. Meio-ambiente. Desenvolvimento. Direitos.

ABSTRACT

The present work deals with the socioenvironmental impacts of agribusiness and affect the region of Coelho Neto, MA and presents a proposal for an interventionist social project, which aims, through a documentary, to build environmental awareness among residents (riparians), farmers (family members) and trade unions (rural workers) regarding the need to preserve and revitalize the tributaries and springs of the Parnaíba River that bathes the region.

KEY-WORDS: Socio-environmental conflicts. Trade unions. Environment. Development. Rights.

1 INTRODUÇÃO

Quando conflitos socioambientais¹ são discutidos, um dos temas mais recorrentes acabam sendo os impactos negativos trazidos pela implementação do agronegócio em

¹ A definição de conflito socioambiental que usaremos está vinculada diretamente com a noção de racismo ambiental de Bullard (2005), ele entende que racismo se refere à correlação entre exploração da terra e a exploração das pessoas. Uma prática que acomete principalmente as camadas já marginalizadas da sociedade, seja em decorrência de cor, raça ou *status* social.

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



determinada região. Uma das questões que, em tese, justificariam o descaso com a terra, não só por parte de empresas, organizações, mas de ações individuais, é o não entendimento da amplitude do significado de meio-ambiente, que constitucionalmente corresponde ao conjunto de bens naturais e de bens socioculturais, ou seja, tudo aquilo que a ela já pertence, naturalmente, e o que construímos a partir de nossas intervenções. Não é algo totalmente externo ao humano, que sempre esteve e sempre estará a nossa disposição, do qual também seríamos isentos de responsabilidade. Trata-se, em verdade, o artigo 3º da Lei 6.938/81 define que: I - meio ambiente, o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas; fazemos tanto parte dele quanto ele faz de nós.

Ainda em linhas constitucionais, o mesmo corresponde a um bem público, de interesse e de uso comum do povo, cabendo não só ao Poder Público, mas também à coletividade, ou seja, à sociedade civil, o direito e dever de preservá-lo, satisfazendo necessidades presentes e sem prejudicar as gerações futuras. Entretanto, não é bem isso que acontece, o que há corriqueiramente é o sentimento de isenção de qualquer responsabilidade ou dever de cuidado e preservação do meio em que se vive ou de onde se extraem recursos, seja para consumo próprio ou para exploração de minérios, para comércio entre outras coisas. Do contrário, sentem-se em pleno direito de explorar, sem preocupar-se com limites. Salvos alguns casos, como tribos indígenas que reconhecem a importância do espaço que ocupam e mantêm certos cuidados, afinal, sabem que o que afeta a terra afeta a eles em igual peso.

Enfim, um exemplo em que há descaso para com a terra explorada e também para com quem a habita - sendo inclusive o objeto a ser estudado neste projeto e que será pormenorizada no decorrer de seu desenvolvimento - é da situação de conflito socioambiental instalada a partir da inserção do agronegócio por parte do Grupo João Santos, na região de Coelho Neto, MA. Resumidamente, as atividades desse grupo, as intervenções do mesmo sobre a natureza, trouxeram diversos impactos negativos não só a ela, mas de quem dela necessita para subsistência ou trabalho.

Contudo, acreditamos que seja possível mudar, mesmo que minimamente, este quadro, seja através da sensibilização e organização por parte dos moradores, trabalhadores, seja por parte do sindicato atuante na região. E que com a atuação deles e da implementação de certas políticas pedagógicas, paulatinamente, haverá resultados positivos.

Sendo assim, configura-se enquanto objetivo geral da pesquisa: estabelecer a discussão sobre educação ambiental como política pública, utilizando-se como pano de fundo o conflito socioambiental que se faz presente na supracitada região.



Concomitante a isso, é o estabelecimento dos objetivos específicos, quais seriam:

1. Pontuar, no caso específico, as questões que perturbam as relações entre a sociedade e a natureza. Ou seja, descrever o conflito e seus resultados.
2. Entendido a problemática ambiental, ter-se ampliada a visão de meio-ambiente e cidadania. Em outras palavras, explanar aquilo que de fato corresponde a meio-ambiente e de sua relação de mútuo pertencimento à humanidade.
3. Apresentar como forma de solução, o fortalecimento dos laços de solidariedade da sociedade civil, organizada ou não, que, entre outras coisas, culminaria no desenvolvimento do que vamos chamar de projeto intervencionista, que seria um documentário, construído com participação ativa dos mesmos.

Sobre a proposta metodológica da pesquisa, pontuamos que vamos utilizar abordagem – predominantemente – qualitativa, tendo em vista que buscamos “descrever” um conflito socioambiental, buscando “compreender” de que forma o meio ambiente (que corresponde a terra e aos moradores) foi atingido e “explicar” de quais maneiras a situação possa ser contornada. (SILVEIRA, CÓRDOVA, 2009, p. 32). Utilizando também de percepções e saberes adquiridos a partir da observação-participante de Malinowski (1978). Bem como da realização de levantamento bibliográfico acerca de questões que envolvam socioambientalismo, políticas públicas e educação ambiental, quais tivemos contato a partir do projeto BIAMA-Bolsa de incentivo a atividade multiculturais.

2 SITUAÇÃO PROBLEMA

Comum ao desenvolvimento (crescimento) econômico, é a expansão de cidades, bem como a exploração de recursos naturais por parte de grandes empresas. Muitas vezes esse tipo de desenvolvimento é desatrelado da noção que se tem do desenvolvimento sustentável que, por sua vez, corresponde a exploração socialmente inclusiva e ambientalmente consciente, ou seja, nessa linha de raciocínio, há uma preocupação quanto aos possíveis benefícios e malefícios advindos da intervenção antrópica sobre os recursos naturais, buscando sempre um equilíbrio, sociedade e natureza mantendo uma relação saudável. No que tange à expansão de cidades ou mesmo “urbanização” temos como exemplos as intervenções realizadas na cidade de Teresina por intermédio da própria Prefeitura e que trouxe resultados questionáveis como o Projeto Lagoas do Norte, contudo, a situação que nos interessa se localiza, por seu turno, no Estado do Maranhão, mais especificamente no Município de Coelho Neto.

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



O supracitado município conta com a população 46.750 de habitantes (IBGE), com a economia pautada no agronegócio e no comércio da cidade. Com o advento do agronegócio no município por volta da década de 1970, o grupo João Santos, dono das empresas Itajubara e Itapagé, que praticam a produção da cana de açúcar e do álcool, provocaram o desmatamento de quantidade significativa de terras para o plantio da cana de açúcar.

No decorrer desse processo terminaram, conseqüentemente, por não respeitar os afluentes, tampouco as nascentes dos rios que “correm” dentro do município de Coelho Neto, como o Rio Parnaíba, sendo que, de acordo com informações do Projeto Cartografia Social, cerca de setenta por cento das terras (70%) do município são utilizadas para o plantio da matéria prima. Com o desmatamento crescente para o plantio da cana de açúcar ocasionou a degradação e o assoreamento² dos rios e afluentes do município.

A contaminação e o envenenamento dos rios e dos afluentes por conta dos agrotóxicos e fertilizantes químicos são os mais perceptíveis, já que são esses impactos ambientais que ocasionam dois problemas sociais. O primeiro e mais explícito, é a morte e a diminuição dos peixes em decorrência da contaminação das águas. O segundo é que as produções das hortaliças advindas da produção da agricultura familiar perdem o selo de produtos (100%) orgânicos, pois a água utilizada para a irrigação está contaminada por agrotóxicos e fertilizantes.

Outro fator que contribui para o assoreamento e poluição dos afluentes do município é a crescente queimada e desmatamento das margens destes, muitas vezes provocadas pelos próprios agricultores que precisam e dependem dos mesmos para o plantio de seus produtos. Haja vista que essa é uma prática antiga das moradoras e moradores, logo, houve uma naturalização destas, sendo assim, não há uma discussão acerca delas, nem sobre o que causam à terra, tampouco o que causam para quem vive nela e dela.

E é justamente nesse ponto que a educação ambiental³ precisa fazer-se presente. Muitas vezes a falta de informação sobre os procedimentos corretos para o manuseio da terra levam (o agricultor ou a agricultora) a praticarem procedimentos e técnicas incorretas ao preparar o solo para o plantio. E esses pequenos agricultores familiares, aqueles que vivem nos arredores do rio, são os que sofrem as conseqüências desse desmatamento diretamente, visto que precisam dessa água para sua subsistência.

² Acúmulo de sedimentos pelo depósito de terra, areia, argila, detritos etc., na calha de um rio, na sua foz, em uma baía, um lago etc., conseqüência direta de enchentes pluviiais, freq. devido ao mau uso do solo e da degradação da bacia hidrográfica, causada por **desmatamentos, monoculturas**, garimpos predatórios, construções etc. (AULETE, 1980); grifo nosso.

³ Educação Ambiental, como é apresentada por Isabella Carvalho (2008), corresponde a “mediação importante na construção social de uma prática política pedagógica portadora de nova sensibilidade e postura ética, sintonizando com o projeto de uma cidadania ampliada pela dimensão ambiental”. (p.7)



3 JUSTIFICATIVA

Constatada a importância óbvia que a água possui em nossas vidas, e, de modo mais específico, na subsistência e vida digna desses indivíduos em questão, deve-se atentar para necessidade de denúncia das atividades que causam impactos socioambientais negativos, afetam as sociabilidades; o solo; e o fluxo da vida, no geral. Ou seja, dificultam o plantio e cultivo, necessários ao trabalho (haja vista que é o tipo de trabalho mais recorrente nesta região), já que ao atingir o solo e a água, afetam sua qualidade, elementos estes que são indispensáveis para uma vida saudável, tendo em vista, que utilizam também para consumo próprio aquilo que é produzido na terra.

Observando todos esses problemas que os/as agricultores/as e moradores/as do município de Coelho Neto Maranhão enfrentam e que a maioria acredita que nada pode ser feito para mudar essa realidade, o projeto intervencionista nasce do ensejo de apresentar aos/as coelhonetenses que existem formas, sim, de mudar essa realidade e lutar por um mínimo de qualidade de vida.

Desse modo, o projeto intervencionista - cujo foi elaborado seguindo o modelo proposto por Baptista (2013) e Brasil (2010) - agiria como iniciativa, enquanto alternativa que utilizaria da inserção de práticas educativas e ambientais com o intuito de apresentar uma abordagem holística da realidade, compreendendo-a em suas instâncias “socioculturais, tecnológicas, éticas e ecológicas”, haja vista que a educação ambiental age enquanto “catalisadora de uma educação para a cidadania consciente”. (DIAS, 2004, p. 24)

Portanto, a solução, após admitido o problema, seria a união dos atingidos, que corresponde à toda comunidade, em prol da implantação e prática de políticas públicas⁴ de cunho pedagógico. Realizando um trabalho e fortalecimento interno para posteriormente atingir as ditas esferas superiores, no caso, o Poder Público. Parte deste trabalho seria de instrumentalizar esses mesmos atingidos fazendo-os conhecer os direitos (e também os deveres) que envolvem os recursos hídricos, a terra e outros. Logo, para além da necessidade de denúncia das mazelas sofridas, deve ser feito o reclame por seus direitos, seja de que ordem for. Entendendo quem são os maiores atingidos por tal situação, e já pressupondo que organização

⁴ Leonardo Serch conceitua políticas públicas como agentes que “tratam do conteúdo concreto e do conteúdo simbólico de decisões políticas, e do processo de construção e atuação das decisões” (2013, p.1). Portanto, entendemos a EA como uma política pública a ser construída e colocada em prática.



endógena é uma premissa de solucionar o caso, pontuamos o sindicalismo como método primeiro para alcançar tais objetivos.

4 A ORGANIZAÇÃO COM A QUAL O PROJETO INTERVENCIONISTA VINCULAR-SE-IA

Conceitos intrínsecos à cidadania e à construção de políticas públicas (pedagógicas e socioambientais) é da concepção de cooperação social e os próprios laços sociais. Essas e outras são questões tratadas por Valéria Kemp e Helena Crivellari, na obra intitulada *Catadores da cena urbana: construção de políticas socioambientais*. Elas pontuam que a reconstituição do sentimento de pertencimento, do laço social, é a finalidade principal do engajamento e processo associativo e do exercício da solidariedade pública, esta última que se relaciona à esfera pública e às questões vitais da sociedade. Que, no grupo que pesquisam (os catadores de Belo Horizonte, MG), são eles quem devem tomar o *status* de protagonistas de sua própria luta. Devem permanecer juntos e resgatar a importância de que têm de si mesmo e para todo a sociedade, passando assim, a serem reconhecidos enquanto cidadãos ativos e engajados. Realizando, em outras palavras, um trabalho “de baixo para cima”, verificando seu reconhecimento e a noção do “direito a ter direitos” nas relações intersubjetivas, com seus pares de trabalho, participando de uma associação, para que então possam ter força suficiente para chegar a esfera jurídica.

O caso dos agricultores pode muito bem ser inserida neste quadro e tentar repetir os passos dados por aqueles que trabalham com recicláveis. Cooperando para reclamar políticas socioambientais.

Dentre as formas de organização da sociedade civil, uma das que já se destacaram na luta por direitos, junto do movimento estudantil, feminista, negro, indígena, desde a época da constituinte de 1988, foram os sindicatos. Reconhecendo sua força, importância e potencial, esta seria a via para se alcançar os objetivos que por nós foram estabelecidos. Sendo assim, o presente projeto intervencionista tem como organização formal o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) do município de Coelho Neto. De acordo com Furquim (2011) o Sindicato dos Trabalhadores Rurais tem o papel de representar e defender os direitos do trabalhador e da trabalhadora rural, e para que sejam fortes e continuem na luta em defesa dos direitos trabalhistas, no combate ao trabalho infantil e escravo, da Previdência Rural, da Educação e Saúde para o campo, da Reforma Agrária e do Fortalecimento da Agricultura familiar, é preciso



que o trabalhador e a trabalhadora rural associam-se e participem do seu sindicato, pagando em dia suas contribuições.

Fundamentando o projeto intervencionista no Sindicato do município de Coelho Neto, visamos esta organização para a implementação do projeto, pois, já atuam de modo socialmente inclusivo e ambientalmente consciente. Dessa forma, seriam base para que a comunidade se espelhasse, partindo da associação destes a sensibilização e consciência para com os impactos socioambientais causados por intervenções de grandes empresas como as de agronegócio.

Por conseguinte, o projeto intervencionista tem por alicerce os meios de atuação do STR para proporcionar, por meio de palestras e a exposição do documentário, uma construção da sensibilização ambiental por parte dos/as trabalhadores/as do campo e agricultores/as, expondo a importância da preservação das nascentes e afluentes, em suma, do ambiente em que vivem. Agiriam como sede ou mesmo *locus* de discussão, debate sobre antigas e novas questões no que concerne aos objetivos.

5 DESCRIÇÃO DO PROJETO INTERVENCIONISTA

Enfim descrita a situação problema, e da facticidade de implementação daquele que optamos por nomear de projeto intervencionista, qual grupo ficaria responsável por continuar com a aplicação, resta-nos explicar melhor como o mesmo funcionaria.

Enquanto proposta metodológica para a execução do projeto intervencionista, realizaremos em fases distintas. Na primeira fase do projeto, a equipe irá estruturar a proposta de projeto, elencando principais tópicos que devem ser seguidos na execução do trabalho. A segunda fase consiste em uma análise da situação-problema que enfrenta o nosso grupo estudado, tal etapa fundamenta-se na pesquisa por documentos, bibliografias que trabalhem sobre o assunto de impactos socioambientais, para realizar compreensão mais aprofundada sobre o objeto. A terceira fase, consiste na observação do local e entrevistas participantes com os moradores mais “velhos” do município elencando perguntas sobre a importância dos “afluentes” e o que mudou no decorrer dos anos e com a chegada do agronegócio no município, material que seria diretamente utilizado no documentário fílmico. A quarta fase, trabalharemos com as entrevistas e imagens; e usamos na montagem do documentário. Depois de pronto o documentário, realizaremos sua exposição no sindicato do município e nas escolas municipais.

Os objetivos do projeto intervencionista:

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



1. Sensibilizar e construir uma consciência ambiental sobre a importância dos afluentes e nascentes do rio Parnaíba para o município e de suas ações sobre o meio.
2. Para tanto, também seria feita a tentativa de resgate da história do rio Parnaíba, por intermédio de documentos fílmicos, fotografias e da história pessoal dos moradores mais velhos.
3. E, posteriormente, gerar práticas de sustentabilidade e a revitalização e preservação dos afluentes e nascentes do município de Coelho Neto.

Durante todas as fases da produção, o que se objetiva é a constante reflexividade por parte da equipe que vai executar e daquelas pessoas que vão participar do projeto de outra forma, sendo entrevistado, fornecendo imagens do “antes” e “depois”. Para mostrar que, apesar de simples, o ato de questionar e refletir pode significar muito, pode clarear questões já naturalizadas e que, por conseguinte, foram escamoteadas. Mas que, contudo, devemos agir na *práxis* também, momento que as mudanças vão passar a ser sentidas. Internas e externas.

6 CONCLUSÃO

Esta pesquisa objetivou, como já foi dito, discutir a educação ambiental ao apresentar um problema socioambiental, para que seja percebido, inclusive, que a “resposta” se encontra na própria palavra: socioambiental, tanto o problema quanto a solução residem num mesmo ponto, o social. Por tal, uma opção seria a de fortalecer os laços entre aquelas pessoas que habitam a região e são direta e indiretamente atingidas por tais questões levantadas, como os elementos básicos e fundamentais para se ter uma vida digna, o direito a terra, ao trabalho. Enfim, esses laços e a conscientização são base para um desenvolvimento sustentável, que preserve e priorize os bens socioculturais em detrimento de avanços econômicos. Sendo assim, um dos alicerces desse tipo de desenvolvimento consiste no envolvimento entre a comunidade e dela com o que acontece em sua cidade, estado e o que for.

Portanto, o documentário antes de ser um fim, é um meio, de resgatar o supracitado envolvimento, fomentando o resgate também das relações com o próprio meio-ambiente gerando até mesmo uma “lealdade ecológica” que é a base da chamada cidadania ambiental (LEITE; AYALA, 2004), preservando diversos direitos.

A EA (Educação Ambiental), no Brasil, “constitui uma proposta pedagógica concebida como nova orientação em educação a partir da consciência da crise ambiental”, e busca “compreender as questões que afetam as relações entre os grupos humanos e seu ambiente e

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



intervir nelas, acionando” os saberes “das comunidades e populações locais”. (CARVALHO, 2008)

Desse modo, ao discutir uma visão ampliada de cidadania, ligada ao socioambientalismo, é possível reconhecer que, tanto num viés micro como macro, a relação sociedade/natureza é de co-pertencimento, as ações interativas atingindo ambos lados. No meio disso tudo a “questão ambiental [...] significa a disputa pelo direito de poluir e pelo dever de cuidar” (RAMOS; FELLINE, p. 361), ou seja, acabou por tornar-se uma luta por quem explora mais e se isenta da responsabilidade de remediar e cuidar do ambiente. Não há, em larga escala a consciência de que atinge a todos, na verdade tem-se um entendimento que se pode “reduzir” os danos à algumas parcelas das sociedades, livrando outras de terem que lidar com tal problema. Isso enfraquece a noção do problema global, regionalizando-o.

Então aquela reflexividade é justamente o que se faz constantemente presente na EA, mantendo sempre o papel de ser “crítica, emancipatória, capaz de influir na mudança dos paradigmas da sociedade moderna” (RAMOS; FELLINE, p. 359). Ser capaz de identificar injustiças, saber que podem ser reclamadas, entendendo que aquilo que atinge um indivíduo influencia em todo uma rede de socialização, e que por tal é necessária a cooperação e debate público.

REFERÊNCIAS

AULETE, Caldas. **Dicionário contemporâneo da Língua Portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Delta, 1980. v. 5.

BAPTISTA, Myrian Veras. **Planejamento social: intencionalidade e instrumentação**. 3 ed. São Paulo: Veras, 2013.

BULLARD, Robert. **Ética e racismo ambiental**. Eco21, Brasil, jan. 2005. Disponível em: <<http://www.eco21.com.br/textos/textos.asp?ID=996>>.

BRASIL, Universidade Luterana (Coord.). **Elaboração de projetos sociais**. Ulbra. Curitiba: Ibpx, 2010

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2017.

DIAS, G. F. **Educação ambiental: princípios e práticas**. 9 ed. São Paulo: Gaia, 2004.

FURQUIM, Sérgio Francisco. **O Papel do Sindicato dos Trabalhadores Rurais**. 2011. Disponível em: <<http://www.jornalvarginhahoje.com.br/2011/08/o-papel-do-sindicato-dos-trabalhadores.html>>.

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, v. 2, 1978.

PROJETO Nova Cartografia Social da Amazônia. Série (2007): **Movimentos Sociais, identidades coletivas e conflitos**. Fascículo 19. Quilombolas de Coelho Neto - Maranhão. Caxias.

RAMOS, Elisabeth Christman; FELLINI, Cristiane. **A Formação do educador e a educação ambiental no curso de Pedagogia**.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, v. 133, 2010.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa Científica: tipos de pesquisa. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. (org) **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Ufrgs, 2009. Cap. 1, p. 31-37.